

A comparação da problemática da seca no SAHEL africano e no Nordeste brasileiro parece uma operação interessante e possível. Possível porque existe hoje toda uma documentação sobre essa problemática, tanto a nível africano como brasileiro, que viabiliza no mínimo uma comparação sinóptica das diferentes causas e conseqüências do fenômeno das secas, principalmente no que se refere às sociedades agrárias. Uma comparação dessa natureza poderia até tornar-se enciclopédica. Todavia, sem chegar a isso, é possível evidenciarmos uma série de diferenças e coincidências interessantes na evolução histórica e na situação atual do campesinato africano e brasileiro que nos ajudariam a imaginar uma estratégia futura de viabilização e de fortalecimento dessas duas sociedades agrárias. Sem dúvida que as diferenças são dominantes sobre as coincidências. Tanto do ponto de vista do meio físico como do meio biológico, as situações ecológicas do SAHEL africano são totalmente diferentes das existentes no Nordeste brasileiro. Seria possível realizar-se um documento, uma síntese que evidenciaria, de maneira esclarecedora, os condicionantes de natureza climática e pedológica que pairam sobre a atividade agrícola, tanto no SAHEL como no Brasil, que certamente são mais rigorosas no SAHEL, mas que possuem no Brasil um caráter aleatório mais acentuado. Esse documento contribuiria para um melhor conhecimento da maneira pela qual esses fatores naturais criam certos determinantes ao desenvolvimento sócio-econômico e sobretudo agravam uma fragilização de ordem sócio-econômica, o qual, esse campesinato vem sendo submetido de maneira crescente desde o início do nosso século. Uma equipe trabalhando no Brasil e outra trabalhando na França, poderiam reunir esses dados que depois seriam objeto de uma síntese de forma análoga, onde poderia ser analisada a história da ocupação dessas regiões, a história dessas sociedades rurais, e sobretudo chegar-se a um quadro comparativo de sua situação atual, pelo menos no que se refere a alguns dados quantitativos ligados a demografia, a organização social da ocupação do espaço e a dinâmica resistente ao nível das relações sociais de produção e de comercialização, principalmente no que toca a produção agrícola. É possível também e de interesse relevante, gerar um documento que compare as estratégias técnicas e sociais que os agricultores da região semi-árida do Nordeste e da África desenvolveram para conviver com o fenômeno das secas. Creio, pelo que tive oportunidade de conhecer dos países do SAHEL e no Nordeste do Brasil de que essa experiência bastante intensa e importante no caso africano é também complementar com a experiência dos agricultores brasileiros. Apesar de ser na África, onde milenariamente desenvolveram-se formas sociais, técnicas e tecnologias para con

viver com o fenômeno da seca, o Nordeste brasileiro possui, no que se refere a produção animal, uma série de conhecimentos que seriam de grande interesse prático para a vulgarização e extensão rural africana. Um trabalho desse tipo vem sendo realizado em parte pelo grupo do GRET, mas nesse caso, poderia se dá um enfoque mais direcionado e um pouco menos analítico, mais sintético, mais coerente com a problemática da seca para a questão tecnológica. Finalmente o ponto que me parece talvez o mais interessante a ser pesquisado, (enquanto nos pontos anteriores trata-se mais da realização de uma análise de um balanço interpretativo), seria a questão do papel do Estado com relação às regiões semi-áridas da África e do Brasil. Efetivamente para uma grande parte dos países africanos, a região semi-árida ou árida, constitui a quase totalidade do seu território nacional. Não é o caso do Brasil onde a região semi-árida não representa nem a totalidade do Nordeste. Essas regiões na estratégia do desenvolvimento econômico estabelecida nos países africanos após a independência e no caso do Brasil, após os anos 30, não tiveram nem foram escolhidos para cumprir nenhum papel relevante no desenvolvimento econômico nacional. Elas são vistas muito mais como um peso nacional e seus agricultores representam, às vezes, um verdadeiro pesadelo social do que áreas de interesse econômico ou estratégico. É interessante notar que regiões como a Amazônica, mesmo não cumprindo atualmente um papel relevante na dinâmica econômica do Brasil, são vistas como áreas potencialmente produtivas e encaradas como verdadeiras reservas de riqueza econômica futura para o país. Esse enfoque não existe para as regiões semi-áridas. Tenho a impressão de que nos países africanos, a problemática essencial do desenvolvimento ou o objeto dessa problemática são as cidades, em particular, as capitais, com seu setor terciário e industrial. Na medida em que os países como no caso do Níger, através do urânio, possui fonte de renda suficiente para manter esses setores urbanos, os camponeses e a sociedade rural, são objeto de um abandono completo. Os investimentos realizados nessa área destinam-se a desenvolver a agricultura e não os agricultores. São projetos que contam com financiamentos internacionais frequentemente voltados para área de irrigação sem uma preocupação de fortalecimento da participação econômica, social e política dos agricultores dessas regiões. No caso brasileiro, poderíamos falar de um abandono ativo. Esse abandono ativo é necessário, pois os agricultores da região semi-árida brasileira dispõem de menos recursos e estratégias de resistência ao fenômeno da seca do que os agricultores africanos. Se nos dois casos a intervenção do Estado, direta ou indiretamente, voluntária ou involuntariamente,

tem levado a uma fragilização desses mecanismos de resistência da sociedade rural, no caso brasileiro, os agricultores da região semi-árida ainda representam uma importante fonte de interesse econômico, social e político. Esse interesse é o de pequenos grupos existentes na região, que ao manipular a situação criada pelas secas, se beneficiam de toda uma ajuda fornecida pelo Estado, conhecida como indústria da seca. Uma série de instituições inoperantes e falidas, mantêm onerosos quadros de funcionários e esquemas de funcionamento financeiro em termos de custeio e de investimento, graças a essa ajuda e aos programas, inúmeros programas especiais destinados ao Nordeste. A seca é uma fonte de renda e de captação de recurso não só interna como externa, haja visto que hoje o projeto Nordeste, que grupa essas iniciativas do governo na região, vai receber um crédito do Banco Mundial de mais de 3 bilhões de dólares. Finalmente esses agricultores, pelo seu peso eleitoral, representam hoje o maior sustentáculo político do partido do governo na região, ^{no país} ao mesmo tempo, ^{que} esta situação é contraditória com o desenvolvimento ^{do} capitalismo, não só no restante do Brasil, ^{como} mas na própria região Nordeste. Nenhum esquema simplista pode ser utilizado para tratar de uma questão tão relevante como a do Nordeste brasileiro que como já foi dito, não é uma questão regional, mas sim nacional.